



Ministério do Esporte

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 5

CONTADOR

Aplicação: 23/1/2008

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova discursiva, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, confira o número e o nome do seu cargo e, para os cargos 9, 10 e 11, a área transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 25/11/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 26 e 27/11/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 30/12/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- VI 2 e 3/2/2009 – Entrega da documentação para a avaliação de títulos: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - ME, de 12/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trouxe a necessidade de incorporar metas de resultado fiscal, além de ressaltar o descompasso provável entre receitas e despesas, de modo a equilibrar o orçamento em tempo hábil para não prejudicar o desempenho do governo nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual técnico de orçamento MTO**. Versão 2008. p. 68. *In*: Internet: <www.sof.org.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à LRF.

- 51** A limitação do empenho é uma das medidas que deve ser adotada pelo ente federativo que exceder o limite da dívida consolidada.
- 52** É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- 53** Integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública e de operações de crédito, todos os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.
- 54** Se um incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorre renúncia da receita é ampliado, dispensa-se a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, fornecida anteriormente, no momento da concessão.
- 55** A dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a cinco anos.

Em 1964, a edição da Lei n.º 4.320 já evidenciava a preocupação do legislador quanto ao fiel cumprimento do equilíbrio entre receitas e despesas no orçamento, permitindo que o Poder Executivo se organizasse de forma a prevenir oscilações que aconteceriam no decorrer do exercício financeiro, invocando a necessidade de estipular cotas trimestrais para a execução da despesa.

Idem, ibidem.

Julgue os itens de **56 a 62**, relativos ao tema abordado no texto acima e à Lei n.º 4.320/1964.

- 56** As despesas seguem, assim como as receitas, o princípio da universalidade.
- 57** É necessário computar restos a pagar do exercício na receita extra-orçamentária do balanço financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- 58** A Lei de Orçamento pode conter autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância, independentemente de requisitos específicos.
- 59** O balanço patrimonial é estruturado em seis partes: ativo financeiro; ativo permanente tangível; ativo permanente intangível; passivo financeiro; passivo permanente; e contas de compensação.

- 60** As demonstrações das variações patrimoniais evidenciam alterações verificadas no patrimônio, que podem ser ou não resultantes da execução orçamentária, e devem indicar, sempre, o resultado patrimonial do exercício.
- 61** O método das partidas dobradas é obrigatório para a escrituração de todas as operações financeiras e patrimoniais, inclusive as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária.
- 62** O controle da execução orçamentária deve compreender, simultaneamente, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; e o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Com o advento das metas fiscais e do maior controle sobre os gastos públicos — tanto para equilibrar como para indicar transparência dos compromissos governamentais com a dívida pública —, a administração pública buscou programar, orçamentária e financeiramente, a execução de suas despesas, atendendo a dispositivos legais que exigem o pronto conhecimento e a correção das discrepâncias entre receita e despesas primárias, bem como o monitoramento do cumprimento das metas de *superavit* primário, que é o quanto de receita a União, os estados, os municípios e as empresas estatais conseguem economizar, sem considerar os gastos com juros da dívida.

Idem, ibidem (com adaptações).

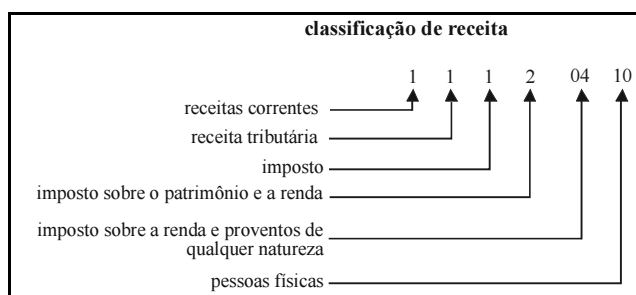
Considerando o texto apresentado acima, julgue os itens **63 a 71**, referentes ao processo orçamentário.

- 63** O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que estabelece a ligação entre as prioridades de longo prazo e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 64** O período de vigência do PPA coincide integralmente com o do mandato do chefe do Poder Executivo.
- 65** Para as despesas com sentenças e(ou) precatórios e com a parcela da dívida contratual que não diz respeito aos encargos financeiros da União, o detalhamento da proposta orçamentária é feito diretamente pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
- 66** Com base no projeto de lei de diretrizes orçamentárias, a SOF elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os ministérios e as unidades orçamentárias dos poderes Legislativo e Judiciário.
- 67** O órgão setorial desempenha papel de articulador no processo de elaboração do orçamento, atuando horizontalmente no processo decisório e integrando os produtos gerados no nível setorial.
- 68** No primeiro momento, a proposta é feita pelos órgãos setoriais no SIDORnet e, em seguida, encaminhada às suas respectivas unidades orçamentárias para análise, revisão e ajustes.

69 O SIAFI é um sistema informatizado que controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da administração pública direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no orçamento fiscal e(ou) no orçamento da seguridade social da União.

70 A administração do processo de elaboração do projeto de lei orçamentária por meio de cronograma gerencial e operacional, com etapas claramente especificadas e produtos definidos e configurados, é desejável porque envolve a necessidade de articulação de tarefas complexas e a participação de diferentes órgãos — central, setoriais e unidades orçamentárias.

71 Um órgão orçamentário ou unidade orçamentária pode, eventualmente, não corresponder a uma estrutura administrativa, existindo tão-somente para individualizar determinado conjunto de despesa e atender à necessidade de clareza e transparência orçamentária. São exemplos dessa situação os órgãos orçamentários Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Encargos Financeiros da União, Operações Oficiais de Crédito, Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e Reserva de Contingência.



Considerando o exemplo acima de natureza de receita, julgue os itens subseqüentes.

72 No lançamento da receita tributária, momento anterior ao recolhimento e à arrecadação, é identificado o devedor ou a pessoa do contribuinte.

73 O exemplo trata de uma receita corrente cuja origem classifica-se como tributária e, por tratar-se de tributo, a espécie de receita relaciona-se a um dos diferentes tipos previstos na Constituição Federal, imposto.

74 Classificam-se na categoria de receitas correntes outras receitas que são oriundas do poder impositivo do Estado, tais como as receitas provenientes da alienação de bens.

Julgue os próximos itens, acerca do suprimento de fundos e das despesas de exercícios anteriores.

75 Não constitui restrição para a concessão de suprimento de fundos, quando estes são destinados a cobrir despesas de caráter sigiloso, o fato de o servidor ser responsável por dois suprimentos.

76 Só podem ser consideradas despesas de exercícios anteriores as despesas resultantes de compromissos assumidos em exercício anterior àquele em que ocorrer o pagamento, para as quais não exista empenho inscrito em restos a pagar.

2007 - janeiro a dezembro			em R\$ milhares
natureza da despesa (código)	descrição	valor liquidado no ano	valor pago no ano
339031	premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outros	2.039.874	2.039.874
339033	passagens e despesas com locomoção	1.467.534	1.464.040
339036	outros serviços de terceiros - pessoa física	274.054	272.726

Internet: <portal.esporte.gov.br/transparencia>.

Considerando a Lei n.º 4.320/1964 e as informações apresentadas acima no excerto do extrato de despesa do Ministério do Esporte (ME), relativo ao ano de 2007, julgue os próximos itens.

77 O ME recebeu, no ano de 2007, créditos orçamentários inferiores a R\$ 3.780.000.000,00.

78 A diferença existente entre o valor pago e o valor liquidado que se observa para as despesas de códigos 339033 e 339036 pode ser justificada pela falta de cumprimento dos serviços pelo fornecedor.

79 O valor de R\$ 1.328.000,00, correspondente à diferença entre o valor liquidado e o valor pago da despesa de código 339036, deve ser registrado em restos a pagar processados, que, caso não venham a ser pagos até 31/12/2008, deverão ser cancelados.

RASCUNHO

Julgue os itens a seguir, acerca de registros contábeis de compra de material de consumo, à vista, em unidades administrativas.

- 80** No sistema financeiro, é debitada a conta única do tesouro e creditada a conta variações passivas — despesas correntes, pelo valor da compra.
- 81** Não há lançamentos no sistema patrimonial porque, diferentemente das despesas de capital, a despesa de material de consumo é um tipo de despesa corrente.
- 82** Há movimentação no sistema orçamentário, com lançamentos contábeis nas contas crédito disponível e crédito empenhado liquidado e duplo lançamento contábil em crédito empenhado a liquidar.

Julgue os itens seguintes, acerca do plano de contas único para os órgãos da administração direta.

- 83** A conta crédito empenhado liquidado representa o total da despesa executada e fornece dados para elaboração do balanço orçamentário.
- 84** No plano de contas único, as classes de contas receita e resultado aumentativo do exercício incluem as contas representativas dos recursos recebidos na gestão que serão computados no resultado do exercício.
- 85** Uma interferência passiva extra-orçamentária, isto é, uma insubsistência ativa, pode ser representada, para o órgão central de programação financeira, pela realização de uma transferência financeira deste órgão central para o órgão setorial, referente aos recursos de restos a pagar.
- 86** Independentemente dos montantes envolvidos e da origem dos recursos, as receitas de capital são representadas por mutações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, pois ao aumento no sistema financeiro corresponde uma baixa no sistema orçamentário.

receita corrente prevista	39.600
receita de capital prevista	19.200
despesa fixada corrente – crédito orçamentário e suplementar	28.200
despesa fixada corrente – crédito extraordinário	14.400
despesa fixada de capital – crédito orçamentário e suplementar	11.400
despesa fixada de capital – crédito especial	4.800
receita corrente realizada	44.880
receita de capital realizada	13.560
despesa realizada corrente – crédito orçamentário e suplementar	24.720
despesa realizada corrente – crédito extraordinário	13.560
despesa realizada de capital – crédito orçamentário e suplementar	10.800
despesa realizada de capital – crédito especial	4.800

Considerando os dados hipotéticos da tabela acima, em milhares de reais, que comporão o balanço orçamentário de determinada unidade administrativa, julgue o item a seguir.

- 87** O balanço orçamentário apresentará *deficit* de capital e *superavit* corrente.

Julgue os próximos itens, de acordo com a Lei n.º 10.520/2002.

- 88** Em nenhuma hipótese, poderá o pregoeiro de uma licitação negociar diretamente com o proponente, ainda que para obter melhor preço.
- 89** A fim de não limitar a competição, não devem ser consentidas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias na definição dos bens comuns a serem adquiridos por licitação na modalidade de pregão.
- 90** Cabe à autoridade competente designar, entre os servidores do órgão que promove a licitação, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cujas atribuições incluem a definição das exigências de habilitação e a fixação dos prazos para fornecimento.

Com relação à Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

- 91** Legalidade, impessoalidade, moralidade e integridade são alguns dos princípios básicos conforme os quais a licitação deve ser processada.
- 92** A exigência de que os interessados estejam devidamente cadastrados para participarem da licitação na modalidade tomada de preços não se aplica à licitação na modalidade convite.
- 93** A licitação será dispensável quando houver inviabilidade de competição, devidamente atestada por órgão competente, em especial no caso de aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- 94** Quando a licitação é feita na modalidade concorrência, o prazo mínimo entre os avisos que contêm os resumos dos editais e o recebimento da proposta ou realização do evento, contado a partir da data da última publicação, será de até quarenta e cinco dias, se a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço, ou mesmo se o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.
- 95** Entre as situações em que a licitação é dispensável, inclui-se a contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuado por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

RASCUNHO

receita bruta de vendas	2.500
impostos e contribuições sobre a venda	300
imposto de renda e contribuição social	10
estoque final de mercadorias	310
estoque inicial de mercadorias	430
compras de mercadorias no período	1.200
despesas gerais e administrativas	53
despesa com vendas	140
outros resultados operacionais (negativo)	40
receita financeira	36
despesa financeira	38
IOF/PIS/Cofins s/ receita financeira	10
resultados não-operacionais (positivo)	5
participações	13
participação minoritária	2

Considerando a apuração de resultado de determinada empresa comercial, e de acordo com os dados hipotéticos mostrados na tabela acima, julgue os itens a seguir.

- 96** O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corresponde a 640.
- 97** O custo da mercadoria vendida, que corresponde ao custo histórico da aquisição desses bens, é igual a 1.320.
- 98** O resultado financeiro, no período, foi desfavorável, correspondendo a 2, porém a margem líquida, que corresponde à folga operacional da empresa, foi superior a 30%.

caixa	20.000
aplicações financeiras – curto prazo	10.000
bancos c/ movimento	50.000
fundo de aplicações financeiras	80.000
clientes	900.000
mercadorias	500.000
seguros a vencer	220.000
duplicatas descontadas	150.000
adiantamentos a diretores	30.000
participações permanentes em outras empresas	200.000
terrenos	500.000
veículos	300.000
instalações	580.000
móveis e utensílios	100.000
fornecedores	500.000
contribuições a recolher	20.000
empréstimos bancários – longo prazo	320.000
capital	2.500.000

Julgue os próximos itens, considerando os dados hipotéticos, em reais, do balanço patrimonial de uma empresa industrial, apresentados na tabela acima.

- 99** O ativo permanente é igual a R\$ 1.680.000,00.
- 100** As informações contábeis revelam um capital circulante líquido de R\$ 890.000,00, que representa menos de 50% do total de investimento em ativo circulante.

A Lei n.º 11.638/2007 introduziu alterações específicas, pontuais e de aplicação imediata no exercício de 2008, em linha com os padrões contábeis internacionais, além de estabelecer para a CVM o poder/dever de emitir normas para as companhias abertas em consonância com esses padrões internacionais.

CVM. Comunicado ao Mercado, 14/1/2008 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, considerando, ainda, as atualizações desta e legislação complementar.

- 101** São classificados no ativo permanente intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- 102** As obrigações da companhia decorrentes de financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente poderão ser classificadas no exigível de curto prazo ou no passivo exigível a longo prazo.
- 103** Uma companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 20% do capital social.
- 104** A demonstração do valor adicionado, quando elaborada, deverá indicar, no mínimo, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza — tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros —, bem como a parcela da riqueza não distribuída.
- 105** As reservas de capital poderão ser utilizadas, entre outras finalidades, para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; e resgate de partes beneficiárias.
- 106** Não é passível de destinação para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo.
- 107** No balanço patrimonial, as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos deverão ser classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- 108** Para as companhias abertas é obrigatória a elaboração, ao fim de cada exercício social, das seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado.

Uma determinada empresa produz barras energéticas de cereais. O preço de venda de cada barra é R\$ 1,00, sendo o custo variável, unitário, de R\$ 0,20. A empresa arca com despesas fixas de fabricação de R\$ 20.000,00 mensais. Além disso, para a distribuição do produto, a empresa incorre em outros custos. Quando usa sua rede de distribuição, gasta R\$ 1.000,00 em despesas fixas mensais de venda, mais 5%, de comissões de venda. Quando contrata representantes de vendas, a empresa não tem despesas fixas, apenas comissão de venda de 10%.

Julgue os itens a seguir, considerando o caso hipotético apresentado acima.

109 A margem de contribuição unitária é de R\$ 0,75, quando a empresa contrata representantes de venda.

110 Se utilizar, exclusivamente, sua rede de distribuição, a empresa precisa produzir 30.000 unidades de barras energéticas por mês, para atingir o ponto de equilíbrio.

Julgue os próximos itens, com relação aos efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.

111 Em ambiente inflacionário, a empresa terá perda monetária, se os passivos monetários forem maiores que os ativos monetários.

112 Para avaliar os efeitos inflacionários nos elementos patrimoniais, é preferível utilizar o custo histórico corrigido ao custo corrente corrigido, porque o primeiro preserva o custo original e está em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade.

Julgue os itens seguintes, considerando que os investimentos societários sejam realizados por sociedades constituídas por ações.

113 O investimento em coligada que, por redução do valor contábil do investimento, deixar de ser relevante continuará sendo avaliado pela equivalência patrimonial, caso essa redução não seja considerada de caráter permanente.

114 Considerando-se um investimento de 80% no capital de determinada empresa, a investidora deverá efetuar um débito em disponível e um crédito em investimentos – equivalência patrimonial igual a 80% do total dos dividendos a pagar, quando do recebimento de dividendos.

115 Para a elaboração da demonstração consolidada do resultado do exercício, a investidora deverá incluir os resultados de sociedade controlada, adquirida ou vendida no transcorrer do exercício social, tomando por base a data do respectivo registro ou baixa nos seus investimentos permanentes; excluir todas as receitas e despesas decorrentes de negócios entre a investidora e as sociedades controladas; e excluir as despesas decorrentes de negócios entre as sociedades controladas.

Considerando que determinada empresa trabalhe com a produção de acessórios esportivos sob encomenda, julgue os itens que se seguem, com relação às operações realizadas pela empresa.

116 Com base na tabela financeira a seguir, é correto afirmar que é superior a R\$ 46.000,00 o saldo devedor de um financiamento de R\$ 100.000,00 concedido à empresa, após o pagamento da décima-quarta prestação, considerando-se que o financiamento tenha sido feito, nos moldes do sistema francês de amortização (tabela *price*), em 24 prestações mensais iguais, à taxa de 2% ao mês.

<i>n</i>	fator de recuperação de capital	fator de valor atual
10	0,111	8,983
14	0,083	12,106
24	0,053	18,914

117 Se a empresa tiver realizado um desconto bancário de duplicatas com prazos de 30 dias até o vencimento, em um banco que cobre uma taxa de desconto comercial simples de 2,5% ao mês, e esse banco tiver feito um crédito em conta-corrente a favor da empresa no valor de R\$ 38.700,00, então o valor de resgate das duplicatas descontadas terá sido superior a R\$ 41.000,00.

118 Considere que a empresa citada tenha aplicado suas sobras financeiras, no valor de R\$ 10.000,00, em recibo de depósito bancário, que será resgatado pelo valor de R\$ 10.630,00 (antes da aplicação do imposto de renda) no final de 34 dias. Nesse caso, se a alíquota do imposto de renda retido na fonte for 15%, o valor de resgate líquido será igual a R\$ 8.035,00.

119 Suponha que, em 2009, a empresa pretenda produzir nova linha de acessórios esportivos, tendo sido apresentados três projetos, conforme os dados na tabela abaixo, para a escolha do melhor investimento a ser feito. Nessa situação, é correto afirmar que o melhor investimento é o projeto *running*.

proposta	retorno esperado	desvio-padrão
<i>boxing</i>	0,25	0,15
<i>rafting</i>	0,30	0,12
<i>running</i>	0,35	0,18

120 Suponha que a empresa tenha obtido um empréstimo bancário de R\$ 50.000,00 para ser liquidado por R\$ 52.000,00 no final de 30 dias, devendo manter um saldo médio correspondente a 20% do valor disponibilizado. Nessa situação, considerando-se que a taxa de inflação no período tenha sido de 4%, é correto afirmar que as taxas nominal e efetiva dessa operação foram de 4% a. m. e de 5% a. m., respectivamente.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)

A discussão sobre políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Muito embora seja dada bastante atenção ao assunto, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a temáticas relacionadas a trabalho e economia ou saúde e educação, sendo desconsiderados temas que dizem respeito a esporte e lazer. Parece claro para o governo (e também para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde é mais urgente do que para esporte e lazer.

O lazer figura entre os direitos sociais definidos no art. 6.º da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Portanto, embora seja um direito social, o lazer é tratado, na prática, como tema periférico. Nesse sentido, cabem as seguintes indagações: Qual é o espaço destinado ao lazer nas políticas governamentais? O lazer é tratado como direito social?

Ao que tudo indica, o lazer foi efetivamente compreendido como direito social cuja proteção é de iniciativa do Ministério do Esporte. Como uma das dimensões do esporte é a recreação, o lazer foi adotado então como um dos tópicos a serem considerados pelas políticas de esporte. Tanto é assim que o tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, em Brasília, foi Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. O mesmo ocorreu na II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, também em Brasília, em que novamente a temática foi relacionada ao lazer (Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer). De ambas as conferências resultaram diretrizes para a definição da política nacional de esporte e lazer. Além dessas conferências, houve também a criação, no âmbito do Ministério do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Embora atualmente se perceba considerável avanço em relação ao início da discussão sobre lazer como tema que deve ser privilegiado por políticas públicas, há ainda carência de programas e ações governamentais que sigam nessa direção.

Dulce Maria F. De A. Suassuna. Internet: <observatoriodoesporte.org.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre esporte, lazer e cidadania;
- ▶ papel do Estado no planejamento de políticas para o esporte e para o lazer;
- ▶ possibilidade de integração entre as políticas de esporte e lazer e políticas de outras naturezas (como econômica, de segurança ou de saúde pública).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	